Bolsas
Na sexta-feira
1,14% São Paulo
0,01% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
103.514 / 102.719
04/01 05/01 06/01 07/01

Salário mínimo
R$ 1.212

Dólar
Na sexta-feira
R$ 5,631
(-0,085%)

Últimas cotações (em R$)

3/janeiro	5,576
4/janeiro	5,663
5/janeiro	5,690
6/janeiro	5,712

Euro
Comercial, venda na sexta-feira
R$ 6,399

Capital de giro
Na sexta-feira
6,76%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
9,42%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Julho/2021	0,96
Agosto/2021	0,87
Setembro/2021	1,16
Outubro/2021	1,25
Novembro/2021	0,95

CONJUNTURA

Bolsonaro veta Refis, e Congresso reage

Decisão impede parcelamento de R$ 50 bi em dívidas tributárias e ameaça permanência de milhares de pequenas empresas no Simples

» CRISTIANE NOBERTO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) vetou integralmente o Projeto de Lei Complementar (PLP) n° 46/21, que institui o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp). O veto impede que milhares de micro e pequenas empresas endividadas com a Receita Federal renegociem os débitos tributários estimados em R$ 50 bilhões e, dessa forma, possam aderir ou continuar inscritas no Simples. Parlamentares anunciam que vão trabalhar no Congresso pela derrubada do veto.

Na noite de quinta-feira, o presidente chegou a manifestar a interlocutores a intenção de sancionar a lei, mas acabou cedendo aos argumentos das áreas econômica e jurídica do governo. Na justificativa do veto, o Palácio do Planalto afirma que a proposta não fazia "menção quanto aos montantes financeiros envolvidos e quais despesas seriam impactadas pelos recursos suprimidos". De acordo com o Ministério da Economia, há também "vício de inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, uma vez que, ao instituir o benefício fiscal, a proposta implicaria renúncia de receita". Segundo a pasta, a renúncia total foi estimada em R$ 1,2 bilhão, dos quais 489 milhões em 2022.

Para o relator da proposta na Câmara dos Deputados e presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), o argumento não procede, pois, com o parcelamento, o dinheiro voltaria para o caixa do governo. "Se parcelar (os débitos), eles serão pagos. O governo vetou a possibilidade de receber esses valores" disse. O parlamentar acrescentou que o veto impede as empresas de gerarem empregos. "Não se trata de renúncia fiscal, é um parcelamento especial de débito e, mesmo que fosse isso, o valor é muito pequeno, aproximadamente R$ 500 milhões em 2022", afirmou.

De acordo com Bertaiolli, haveria outra razão para o presidente ter optado pelo veto: a vedação da lei eleitoral para que o governo conceda benefícios em anos de eleição. Segundo o deputado, o governo perdeu a oportunidade de sancionar a lei até 31 de dezembro. "Há vedação da lei eleitoral que pode proibir um Refis no ano de eleições. Por isso, na dúvida, (Bolsonaro) preferiu vetar." Na avaliação do parlamentar, o governo errou e gerou, ainda, outro efeito ruim: o impedimento para que a as micro e pequenas empresas confirmem a adesão ao Simples, cujo prazo vai até 31 de janeiro. Isso, de acordo com ele, seria sinônimo de condenar o fechamento. "O efeito agora é desemprego", disse.

Fernando Lima, advogado tributarista sócio do Lavocat Advogados, explica que a Lei Eleitoral, no parágrafo 10, artigo 73, veda expressamente a distribuição de benefícios pela administração pública em ano de eleições. "A medida tem caráter de evitar que o presidente em exercício se utilize da máquina estatal para angariar votos para uma possível reeleição", explicou. Ele ponderou que não é certo que a autorização do Relp enquadraria o presidente neste dispositivo, tornando-o inelegível, mas, como a jurisprudência do TSE não é tão clara, acredita-se que o veto buscou resguardar a campanha para uma possível reeleição.

Negociação

Segundo o deputado Efraim Filho (DEM-PB), coordenador da FPE, o Congresso vai priorizar o apelo social do projeto e "derrubará o veto na primeira oportunidade após a retomada dos trabalhos". Outros parlamentares fazem coro com ele. "Creio que (o Congresso) derrubará (o veto)", afirmou o líder do Cidadania na Câmara, Alex Manente (SP). O deputado, contudo, informou que o partido ainda discutirá o tema mais a fundo.

No entanto, como o recesso parlamentar só acaba em fevereiro, a derrubada só aconteceria após o prazo final para as empresas optarem pelo regime do Simples Nacional. Sem o Relp, muitas empresas inadimplentes não estariam em condições de se enquadrar no regime, logo, para elas, de nada adiantaria a reversão do veto em fevereiro. Por isso, já se discutia, ontem, a prorrogação do prazo de 31 de janeiro para adesão ao Simples. Isso daria tempo para que governo, parlamentares e empresas negociassem uma saída para o imbroglio.

Minervino



Coordenador da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, Efraim Filho (DEM-PB) aposta na derrubada do veto presidencial

» Sancionada lei da energia solar

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou a lei que permite aos consumidores produzirem a própria energia a partir de fontes renováveis, como a solar, e vendam o excedente na rede de distribuição. A lei pretende acabar com uma polêmica entre distribuidoras e miniprodutores de energia. De acordo com Rodrigo Sauaia, presidente executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), a nova lei traz mais segurança jurídica ao setor e deve acelerar investimentos em novos projetos.

XP compra o Modal

» TAINÁ ANDRADE

O grupo XP fechou, ontem, a compra do Banco Modal numa operação avaliada em R$ 3 bilhões envolvendo troca de ações. No negócio, os acionistas do Modal receberão 19,5 milhões de ações classe A da XP Inc em troca do controle do banco, que continuará operando de maneira segregada. A transação está sujeita à aprovação do Banco Central e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), além da maioria dos acionistas preferencialistas do Modal, em assembleia.

Em troca, os acionistas do Modal, que atua como banco de investimentos, ficarão com 3,37% do capital da XP Inc. O CEO do banco, Cristiano Ayres, disse que haverá uma fusão entre as duas instituições. "Não estamos vendendo a Modal, estamos nos juntando à XP. É uma união. Pegamos os ecossistemas que conseguimos construir em um ano, um ano e meio e, na hora que juntamos isso com a completude que a XP construiu ao longo dos anos, vamos para o mercado com muito mais força", disse.

Em comunicado, a XP avaliou que o negócio deve acelerar o processo de desconcentração da indústria financeira no Brasil, caracterizada por um alto potencial de crescimento e poucos players dominantes. Na receita, nos últimos 12 meses, até setembro de 2021, a XP Inc e o Banco Modal totalizaram R$ 11,8 bilhões versus R$ 427 bilhões gerados pelos cinco maiores bancos brasileiros. "O Brasil tem um dos setores financeiros mais concentrados do mundo e, juntos, seremos ainda mais competitivos em relação aos bancos tradicionais", disse o presidente da XP, Thiago Maffra.

Veículos: produção sobe 11,6%

» FERNANDA STRICKLAND

A produção da indústria automobilística cresceu 11,6% em 2021 ante o ano interior, alcançando 2,24 milhões de automóveis, caminhões e veículos comerciais leves, segundo balanço divulgado ontem pela Anfavea, a associação das montadoras. Em dezembro passado, houve um avanço de 3% em comparação ao mesmo período de 2020.

Apesar do crescimento, a produção está longe dos 2,9 milhões de modelos montados em 2019. A capacidade de produção nacional é de 4,7 milhões de unidades. De acordo com o presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes, a expectativa do setor é de que a produção cresça 9,4% neste ano, para 2,46 milhões de veículos.

O resultado de dezembro foi puxado pela produção de 210,9 milhões de veículos comerciais. As vendas de caminhões, picapes e furgões avançaram 43,5%, 25,1% e 22,8%, respectivamente.

Enquanto isso, a venda de automóveis caiu 3,6%, fazendo com que o segmento de carros de passeio seja o mais afetado pela falta de semicondutores — problema que vem prejudicando o setor desde o início da pandemia.

Ao mesmo tempo, o mercado de veículos de carga expandiu-se graças ao bom desempenho do agronegócio e do aumento das entregas estimulado pelo comércio eletrônico de mercadorias. Graças à demanda de transporte de grãos, principalmente, modelos pesados e semipesados representaram 76% das vendas de caminhões em 2021, segundo a Anfavea.

Rodolfo Margato, economista da XP, chamou a atenção para a elevação dos estoques totais de veículos (montadoras + concessionárias) entre novembro e dezembro, de 16 para 19 dias de vendas, embora ainda muito aquém da média histórica (33 dias). Ele destacou, ainda, que os números do segmento poderão ter impacto positivo na produção industrial de dezembro. Na quinta-feira, o IBGE anunciou que, em novembro, a produção do setor caiu 0,2%, no sexto mês seguido de queda.

"Após o relatório da Anfavea, nossa estimativa de crescimento da produção industrial em dezembro subiu de 0,9% para 1,1% em comparação a novembro, com ajuste sazonal. Em relação a dezembro de 2020, calculamos contração de 6,8% (antes 7,1% anteriormente). Se a projeção estiver correta, a produção da indústria total exibirá o primeiro crescimento após seis declínios mensais", afirmou Margato.

REUTERS/Washington Alves



Falta de chips prejudicou fabricação de carros de passeio

» Caixa amplia o crédito rural

A Caixa Econômica Federal registrou um aumento de 113,19% em contratações no crédito rural em 2021, em relação 2020, totalizando R$ 16,8 bilhões. No ano passado, foram assinados mais de 9,1 mil contratos. Para 2022, o banco disponibiliza condições especiais, como redução de taxas de juros — a partir de 5,5% ao ano — e isenção de tarifas. De acordo com a Caixa, o ano safra 2021/2022 começa com a oferta recorde de R$ 35 bilhões, beneficiando, principalmente, agricultores familiares e pequenos e médios produtores rurais, além de agroindústrias e cooperativas.